

Resenha

Ação Afirmativa em perspectiva comparada: singularidades e aproximações entre diferentes contextos nacionais

PAIVA, Angela Randolpho (org.). *Ação afirmativa em questão: Brasil, Estados Unidos, África do Sul e França*, Editora Pallas, 2013.

Ana Carolina Duarte de Souza¹

Este livro é o resultado do seminário “Ação Afirmativa em perspectiva comparada”, realizado na PUC RIO, em julho de 2012, como forma de apresentação dos resultados finais da pesquisa intitulada “Monitoramento e acompanhamento das Políticas de Ação Afirmativa (PAA) nas universidades públicas brasileiras” no âmbito do Núcleo Interdisciplinar de Reflexão e Memória Afrodescendente (Nirema) da PUC-Rio. O evento contou com a participação de especialistas em PAA de quatro países: Brasil, Estados Unidos, África do Sul e França.

A obra proporciona ao leitor uma perspectiva comparada entre esses quatro países, com experiências ora semelhantes, ora distintas em relação às PAA. O livro é dividido em quatro partes: Esferas e paradigmas brasileiros, A experiência norte-americana, O renascimento da África do Sul e o Caso francês. Os artigos estabelecem intrigante diálogo entre si, permitindo ao leitor um panorama amplo sobre o contexto histórico das ações afirmativas nos países, assim como, os principais avanços e desafios rumo a uma sociedade com menos desigualdades sociais e maiores oportunidades para as minorias sociais.

Os dois capítulos iniciais do livro, “Dentro da lei: As políticas de ação afirmativa nas universidades” e “Políticas Públicas, mudanças e desafios no acesso ao ensino superior” de Elielma Ayres Machado e Angela Randolpho Paiva sucessivamente, se baseiam na pesquisa “Monitoramento e acompanhamento das Políticas de Ação Afirmativa (PAA) nas universidades públicas brasileiras”, realizada no período de 2007 a 2012. O primeiro artigo faz uma análise dos editais

de vinte instituições que adotaram algum tipo de ação afirmativa nos últimos dez anos, contribuindo assim para a identificação do perfil das PAA no Brasil. No segundo capítulo, há uma análise das últimas duas décadas sobre como o acesso ao ensino superior público brasileiro traduz o desafio de tornar o ensino superior mais democrático, a partir de entrevistas realizadas com gestores e estudantes dessas universidades públicas.

Em diálogo com os artigos anteriores Rosana Heringer, em “O próximo passo: Políticas de permanência na universidade pública”, destaca a importância do processo de democratização do ensino superior no Brasil relacionado não apenas à expansão da oferta de vagas nas Instituições de Ensino Superior (IES), mas também, à oferta de apoio financeiro para que os estudantes universitários oriundos das PAA permaneçam e consigam concluir o seu curso superior. Destaca a urgência das IES ampliarem as políticas permanência para esses estudantes de origem popular, que possuem necessidades específicas para a continuidade dos estudos. Indica qual o estágio dessas políticas e suas variações entre diferentes instituições.

Já Elisa Larkin Nascimento, em “Sankofa: A Política da Boa Esperança” utiliza na primeira parte do texto a trajetória política de Abdias do Nascimento para explicar a história da construção das PAA desde a década de 1940 no Brasil. Num segundo momento a autora destaca a importância do trabalho de fomentação da lei 10.639, que prevê o ensino das relações étnico-raciais e da história e cultura de matriz africana, como o projeto Sankofa realizado pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Afro Brasileiros (Ipeafro) junto com os educadores - uma forma de ratificar a PAA como política que visa a maior integração entre diferentes grupos étnicos.

João Feres Jr. e Luiz Augusto Campos, em “O discurso Freyreano sobre as cotas raciais: origem, difusão e decadência”, fazem uma análise sobre como o discurso de “democracia racial” foi usado com diferentes nuances para combater as cotas no ensino superior brasileiro. O grande destaque do artigo é a análise dos diferentes argumentos contrários utilizados por alguns intelectuais e jornais de grande circulação sobre o tema. Os autores afirmam que os efeitos catastróficos difundidos pela grande mídia, que não aconteceram ao longo dos dez anos de implementação das PAA, colaboraram para que o Supremo Tribunal Federal tenha considerado de forma unânime as PAA constitucionais.

Na segunda parte do livro, o capítulo intitulado “O Supremo Tribunal dos Estados Unidos e a ação afirmativa: O caso do ensino superior” de Randall Kennedy retrata a experiência da história das PAA no ensino superior nos EUA a partir de casos famosos na Suprema Corte, demonstrando diferentes posicionamentos ao

longo da história jurídica estadunidense, que ora foi a favor e ora contra a adoção das PAA no ensino superior. O referido artigo faz também uma análise sobre a mudança no embasamento do sistema de ação afirmativa no ensino superior, que seria o critério de raça, inicialmente adotado, para privilegiar a diversidade, que seria “racialmente neutra”, tornando-se nos últimos anos uma PAA disfarçada, embora seja racialmente consciente.

Thula Rafaela de Oliveira Pires em “A discussão das ações afirmativas étnico-raciais no Brasil” faz uma análise do campo jurídico e destaca que, embora as discussões estadunidenses acerca das ações afirmativas de corte étnico-racial tenham servido de inspiração para adoção dessa política de promoção da igualdade no Brasil, hoje nosso país não representa uma cópia do modelo em questão. Isso se deve às medidas normativas terem sido implementadas de acordo com as especificidades da formação social brasileira e ao fato da política assumir o recorte de etnia e raça em suas ações.

Carlos Alberto Medeiros em “Brasil, Estados Unidos e a questão racial: a fertilidade de um campo cheio de armadilhas”, faz uma análise comparativa das semelhanças e diferenças entre Brasil e Estados Unidos na questão racial através de uma perspectiva histórica. Explica como a polaridade entre Brasil e Estados Unidos foi alterada ao longo dos anos, fazendo com que o Brasil deixasse de ser o paraíso da democracia racial, para se tornar o inferno da discriminação racial. Enquanto, por outro lado, os Estados Unidos passaram a ser um polo positivo de comparação com o fim da segregação em locais públicos e a ascensão social de uma parcela significativa da população negra.

Na terceira parte do livro, Adam Habib e Kristina Bentley, em “Reparação Racial, identidade nacional e cidadania na África pós-apartheid”, apresentam o panorama atual da questão racial e ações afirmativas para negros na África do Sul, após décadas de segregação. Os autores chamam a atenção para a preocupação do governo em conciliar a construção de uma identidade nacional não racial e cosmopolita, com a continuidade das PAA em campos diversos da sociedade.

Em “Ações afirmativas, raça, classe e identidade nacional no Brasil e na África do Sul” Graziella Moraes Silva faz uma análise comparativa entre justificativas, implementações e consequências no Brasil e nessa parte da África sobre as PAA. Vale ressaltar que a autora não elimina as particularidades de cada caso. Um dos pontos altos do texto é a explicação do por que das ações afirmativas gerarem tantas polêmicas e a justificativa do por que da defesa particular de Graziella sobre os ganhos serem mais importantes no aspecto simbólico dentro dessas políticas.

Na análise sobre a França, Daniel Sabbagh em “A ação afirmativa Color-blind” identifica as especificidades da França em relação à discriminação positiva: o fato da questão racial ser inconstitucional na França e do critério principal para definir o público alvo dessas políticas ser o lugar onde as pessoas vivem e não a raça. O autor destaca também a semelhança francesa e estadunidense, uma vez que, ambos usam na prática a justificativa da diversidade como um código para eufemizar a condição de raça, etnia e/ou minoria visível nas ações afirmativas.

No capítulo escrito por Jean François Vêran, “Uma pragmática das ações afirmativas na França e nos Estados Unidos”, o autor comenta o texto de Daniel Sabbagh, tendo em vista a “nova era das desigualdades” ocorrida após as mudanças demográficas dos dois países, num contexto de crise; a necessidade de implementação das PAA na França; e a reformulação das PAA nos Estados Unidos. Esses dois países, devido às transformações ocorridas nos últimos anos, convergiram para a problemática e elegeram o conceito de diversidade e não o de raça para pautar suas PAA, a fim de superar as dificuldades de integração econômica dos que não conseguem sucesso nos espaços de disputa.

Maria Alice Rezende Gonçalves, em “Os caminhos para a diversidade no ensino superior”, analisa os diferentes percursos realizados pelos Estados Unidos, França e Brasil para alcançarem a diversidade neste nível de ensino. Sinaliza as semelhanças e diferenças nos três modelos para a implementação de ação afirmativa e demonstra a pluralidade dos programas de inclusão de grupos sub-representados no ensino superior brasileiro, assim como, avanços e desafios. A autora também explica porque considera a ação afirmativa brasileira no ensino superior como híbrida e singular. Segundo a pesquisadora o nosso país inova nas PAA por combinar raça a outras categorias de beneficiários, adaptando-se à realidade de povo miscigenado.

Marcelo Henrique Romano Tragtenberg, em “Diagnósticos sobre as ações afirmativas: Brasil, África do Sul, França e Estados Unidos”, faz uma análise a partir dos artigos expostos anteriormente e cumpre a difícil missão de traçar um panorama geral dos principais pontos dos textos. Observa que todos os capítulos do livro são marcados por duas questões fundamentais: os diversos usos do conceito de diversidade como fundamento da ação afirmativa e a relação entre a ação afirmativa e o debate entre “raça” e classe. Além do panorama geral, faz interessantes contribuições para a reflexão sobre as temáticas das PAA em questão.

As PAA foram analisadas de forma comparativa, demonstrando a complexidade e desafios enfrentados pelos países que assumem o compromisso de diminuir

as desigualdades sociais e raciais percebidas nas sociedades a partir da adoção destas políticas. Os países analisados possuem contextos históricos diferenciados, estratégias de implementação variadas, resultados e desafios singulares.

Nota

- 1 Cientista Social, mestranda em Educação (Programa de Pós-Graduação em Educação/ Universidade Federal do Rio de Janeiro). Email: carol.d.souza@hotmail.com

